

Establishing a Dialogue with the Work of István Jancsó: some Considerations on the Contribution of this Brazilian Historian to the Recent Debates of Historiography

---

**Marco A. Pamplona**

Professor no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CCS/PUC-RJ – Rio de Janeiro/Brasil)  
e-mail: pamplona@puc-rio.br

# Dialogando com a obra de István Jancsó: algumas considerações sobre a contribuição desse historiador do Brasil para os debates recentes da historiografia

## Resumo

O objetivo do presente artigo é destacar as principais reflexões, contribuições conceituais e metodológicas que marcaram os trabalhos historiográficos de István Jancsó.

## Abstract

My goal with the present article is to highlight the main thoughts, conceptual and methodological contributions that have marked the historiographical works of István Jancsó.

---

## Palavras-chave

Historiografia, István Jancsó, História do Brasil, sedição colonial, formação do Estado-nação, pátrias luso-americanas, Independências, Portugal atlântico

## Keywords

Historiography, István Jancsó, Brazilian history, colonial sedition, Nation-State building, Luso-American homelands, Independences, Atlantic Portuguese Empire

De início, quero deixar manifesto o meu agradecimento ao convite e dizer que me sinto bastante honrado em poder participar desta homenagem, mais que merecida, ao nosso saudoso colega, amigo e grande incentivador do trabalho de muitos de nós. István László Jancsó, ou Estevão Ladislau (o "húngaro-brasileiro-paulista-baiano, tudo ao mesmo tempo", como uma vez o definiu Fernando Novais), tornou-se referência fundamental para todos aqueles que se ocupam da historiografia sobre a conjuntura de crise atlântica que marcou o final do século XVIII e o início do XIX, das independências ibero-americanas e da temática da formação do Estado-nação brasileiro, aqui entendida no seu sentido ampliado. As análises que deixou, marcadas por instigantes reflexões sobre os debates historiográficos contemporâneos e pela frequente e inteligente articulação de tópicos variados não menos importantes ao tema maior em tela ou discussão, conformam um legado valioso para nós. Deste chamo a atenção, particularmente, para o excepcional e sério tratamento por ele dispensado à sedição colonial em seu estudo de maior fôlego – *Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798*.<sup>1</sup> E creio que uma análise do conjunto de sua obra é mais que suficiente para corroborar estas minhas afirmações sobre a centralidade de sua interlocução e a importância de suas contribuições hoje para a historiografia brasileira.

Certamente, as sabidas preocupações políticas e teóricas de István transcendiam, em muito<sup>2</sup>, o campo delimitado por seus estudos acadêmicos. Entretanto, será sob este último ângulo, pensando este campo que logo descobrimos ser "universo", que irei me debruçar sobre a sua obra.

Passo a sublinhar, a seguir, as contribuições que julgo bastante relevantes em sua obra para o debate da formação do estado-nação entre nós. Dou início ao nosso diálogo com a obra do autor, partindo das suas considerações sobre a **sedição colonial**. Farei uso, para isso, tanto do seu trabalho mais detalhado no livro já citado, como da síntese apresentada sobre a sedição no não menos valioso capítulo que escreveu para a coleção dirigida por Fernando A. Novais, *História da Vida Privada no Brasil*, e que consta do volume 1, *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, organizado por Laura de Mello e Souza.<sup>3</sup>

Nesse seu estudo mais compacto sobre a **sedição em fins do século XVIII na América portuguesa**, István comparou tal movimento às demais irrupções de rebeldia, revoltas e insurreições que há muito vinham caracterizando o mundo colonial, e delas o diferenciou, observando uma importante "mudança de padrão" em curso. Desenvolvendo uma sofisticada discussão para mostrar-nos, por exemplo, como os conhecidos motins de soldados, reclamando o atraso do soldo, os saques aos armazéns em épocas de carestia de víveres, e as constantes contestações de excessos fiscais e redefinições de hegemonias entre os poderes locais, pouco tinham em comum com os novos eventos das sedições do último quartel do século XVIII, para além da sempre presente violência. As novas rebeldias, bem expressadas pelos mais consagrados eventos de Minas Gerais (1789) e da Bahia (1898), traduziam, a partir de então, uma "deliberada e organizada vontade de subverter a ordem pública e os padrões de organização do Estado".<sup>4</sup> Em suma, a partir desses novos eventos, afirma, o Trono não mais ficaria a salvo de questionamentos e a Monarquia se veria ameaçada no seu importante papel de "núcleo ordenador das legitimidades e legalidades".<sup>5</sup> O novo padrão de rebeldia que emergia na América portuguesa tornava a própria "forma de organização do poder" alvo de críticas e "a sua substituição

1 Produzido em final da década de 1970 (como tese de livre docência), mas modificado e publicado muito tempo depois, este trabalho foi crucial para entendermos o conjunto de reflexões que acompanhou o autor nas suas obras posteriores. Muito do que István Jancsó desenvolveu encontra-se de algum modo anunciado, ainda que de forma embrionária, neste seu magnífico livro. Veja-se *Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec / Salvador: EDUFBA, 1996.

2 Deixo de lado, aqui, os outros aspectos positivos de sua personalidade e atividade intelectual: o István Jancsó professor, permanente incentivador do trabalho coletivo entre colegas e alunos (o Projeto Temático dos últimos anos é expressão disso), empreendedor e, diria mesmo, "visionário" (referindo-me ao seu gigantesco esforço para trazer a "Biblioteca Mindlin" para a Universidade de São Paulo). Sua generosidade e simplicidade cativantes no trato foram conhecidas de todos que conviveram com ele. Fatos surpreendentes de sua biografia, como a vinda de sua família para o Brasil, os tempos de USP, o exílio, a volta e a militância política, podem ser conhecidos no recente e belo trabalho que reuniu seus depoimentos a Marco Morel, Andréa Slemian e André Nicacio Lima, por eles organizados e publicados sob o título *Um Historiador do Brasil: István Jancsó*. São Paulo: Hucitec, 2010.

3 JANCÓS, István. "A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII". In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. Vol. 01. Coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p.387-437.

4 *Ibidem*, p.390.

5 *Ibidem*, p.388.

por outra" era tida como parte dos objetivos e motivações que já então punham aqueles homens em movimento.

Nas palavras do autor, a sedição é o novo que desponta: "entendendo-se por esta neste final do século XVIII, a ação organizada visando a revolução. A sedição é, e todos a percebem desta maneira, o conjunto das práticas de natureza subversiva que, referidas à revolução, anunciam-na enquanto possibilidade, mesmo quando se concretizam apenas no simplesmente fazê-lo".<sup>6</sup>

Nesta curta passagem, o autor, ao definir a sedição, recorre ao termo **revolução** – isto é, ao novo sentido que começava a ser conferido à época a esse vocábulo, em meio aos ecos da Revolução Americana e da Revolução Francesa no mundo atlântico. São muitos os seus argumentos que apontam para o conhecimento desse novo sentido, desenvolvidos no capítulo 5 do seu livro, onde trata da "Teoria e prática da contestação na colônia".<sup>7</sup> Nele sublinha os aspectos comuns ou de reiteração do movimento, paralelamente às suas especificidades e mostra-nos como, ao "ensaio consciente de instaurar uma nova ordem", vem associada a discussão sobre um novo modo de gestão da *res publica*.

Por isso, continuou István: "Não se tratou mais, aí, de buscar o reordenamento das condições operativas da gestão da coisa pública visando a restauração de uma ordem perdida (referência geral dos eventos de Minas Gerais no final da década anterior), mas do ensaio consciente de instaurar uma nova ordem".<sup>8</sup> É que, ao longo das lutas e das tentativas de articulação de novos consensos políticos, ganhara força o conceito de **liberdade**, como núcleo do ideário baiano que irrompeu em 1798. Era um novo significado de liberdade que, entendido como condição de igualdade, acabou, porém, chocando-se violentamente com a "matriz tradicional [do termo], que via nas **liberdades** a afirmação das desigualdades" e privilégios vigentes.<sup>9</sup> A veiculação da ideia de liberdade associada à condição de igualdade (isto é, entendida como um 'coletivo singular' em formação, na acepção Koselleckiana), tornou-se tanto mais perigosa quando, no contexto da sedição de 1798, deixou de vir circunscrita ao universo dos homens livres (já ampliado e bastante heterogêneo, de por si) e passou a contar, ainda que no limite, com a participação de escravos.<sup>10</sup>

Do tratamento do tema da sedição colonial por István decorrem desdobramentos deveras importantes. A partir desse estudo o autor aprofundou dois outros temas que também o acompanharam em obras posteriores. Um deles refere-se à **singularidade desse tempo colonial atlântico**, tratada naquele momento por meio da análise das características dos partícipes no que chamou de "cultura política alternativa" emergente em meio à sedição. Entre tais características, István ressaltou especialmente a "avidez na busca de informações sobre as mudanças que o mundo experimentava", algo que independia de condição social – como bem demonstrou a grande participação de "homens do comum" nos conflitos de 1798<sup>11</sup>, ao lado dos "homens de condição", estes últimos portadores de uma cultura política do absolutismo ilustrado, via de regra circunscrita às elites e excludente. No trajeto de conspiração à transgressão, adensou-se socialmente o desconforto político criado pela percepção cotidiana da crise em curso. A rebeldia tornou-se organizada e irrompeu no espaço da vida pública.

Poderíamos discorrer longamente sobre os muitos fascinantes aspectos que acompanham a narrativa de István Jancsó sobre a singularidade desse tempo colonial atlântico – a passagem do privado para o público, a

6

Ibidem, p.389.

7

JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império...* Op. Cit., p.157-201.

8

Ibidem, p.204.

9

Ibidem, p.205.

10

ISTVÁN, Jancsó. *A sedução da liberdade...* Op. Cit., p.434.

11

Refiro-me às descrições que faz do pensamento e do cotidiano de alguns sediciosos cujas trajetórias estudou minuciosamente, e os quais não se encontravam nem entre os letrados, nem eram parte das elites. Veja-se, em especial, os seus comentários sobre as valiosas anotações deixadas pelo soldado granadeiro Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, personagem atípico na sedição da Bahia, de 1798, mas que acabaria sendo trazido para o centro dos acontecimentos. Ibidem, p.394-398.

diversidade das ideias presentes e suas distintas apropriações pelos sediciosos, a análise das diferentes transgressões perpetradas e dos seus significados, as gerações e hierarquias envolvidas e as várias visões de liberdades em disputa. Mas, interessa-nos, por ora, apenas destacar a presença precoce nesse seu estudo sobre a sedição, da preocupação em vinculá-la àquela conjuntura maior e multifacetada, marcada pela crise no mundo atlântico manifesta na dinâmica de suas relações mercantis, mas também pela crise da natureza da própria soberania política, tal como vinha sendo percebida nos quadros do Antigo Regime.

Nesse tempo de aceleração de mudanças, colocadas em marcha pelas revoluções modernas no atlântico, ganharam realce novos eventos políticos, do tipo das sedições ocorridas nas terras brasilicas ou, mais exatamente, nos grandes centros de convergência do "continente do Brasil"<sup>12</sup> – fossem estes as cidades da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro ou de Pernambuco, lembra-nos o autor. Assim, abriu-se o caminho para outras reflexões e formulações conceituais igualmente importantes que apareceram reiteradamente nos seus demais trabalhos.

A partir desse novo conjunto de questões, interessa-nos lembrar, especialmente, a maneira como István analisou os "centros de convergência do espaço luso-americano", ou as chamadas "partes do continente do Brasil" e o seu manejo político a partir do espaço metropolitano. Agruparemos este segundo grupo de questões sob a expressão por ele amplamente utilizada de "mosaico de pátrias luso-americanas". Inicialmente desenvolvida no artigo que escreveu em colaboração com João Paulo Garrido Pimenta, intitulado "Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira",<sup>13</sup> essa expressão viu-se, de fato, aprofundada em seu artigo "Independência, independências", síntese valiosa do estado da arte das discussões sobre o tema. Esta obra é também anunciadora de um conjunto de outras densas reflexões que, na segunda coletânea, *Independência: história e historiografia*, apresentou aos leitores.<sup>14</sup>

István perguntou-se, basicamente, como se viu alterado o "papel de centro" de Lisboa, até então considerada "ponto terminal das rotas e rotinas"<sup>15</sup> que haviam se incorporado na América portuguesa, desde os inícios da colônia. Houve dois momentos importantes em que as circunstâncias para isso se viram seriamente modificadas. Inicialmente, em 1808, no contexto das guerras napoleônicas, quando se deu a instalação da corte bragantina no Rio de Janeiro. Depois, em 1822 e durante o período tumultuado que se lhe seguiu – em meio à independência ou independências de diferentes partes da América.

No primeiro caso, o traslado da corte para o Brasil forçou o Estado português a adequar-se a um novo equilíbrio entre as suas partes. A instalação do centro de gravidade da monarquia no Rio de Janeiro e a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve, iriam, afirmou István, "inovar na definição dos referenciais políticos e no desdobramento da trama das identidades-alteridades, reverberando, à sua maneira, na ampliação do elenco de alternativas políticas que a nova situação ensejara".<sup>16</sup> As tendências, tanto para a dispersão quanto para a coesão, foram por ele apresentadas como características das distintas sociedades regionais desde o seu já comentado estudo sobre a sedição baiana de fins do século XVIII.<sup>17</sup> O Reino do Brasil pós 1808 teve de lidar com isso mais diretamente ainda, na medida em que continuava sendo "síntese das partes", o "princípio organizador da diversidade brasilica",

12

István lembra que tal expressão genérica – "continente do Brasil" – designava, na época, a realidade espacial da América portuguesa, de contorno político ainda bastante indefinido e em relação a qual o longínquo norte amazônico permanecia estranho.

13

Este artigo em parceria foi publicado, no ano de 2000, simultaneamente, na *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol.21, p.389-439 e na coletânea organizada por MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): formação e histórias*. São Paulo: Senac, p.127-176.

14

JANCSÓ, István. "Independência, independências". In: \_\_\_\_ (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. p.17-48.

15

Os termos entre aspas no parágrafo aparecem todos na sua "Apresentação" à primeira coletânea organizada sobre os temas aqui tratados. Ver: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/E. Unijuí, 2003. p.23 e p.25. Os mesmos termos serão retomados e aprofundados na segunda coletânea, de 2005. Ver Idem. "Independência, independências"... Op. Cit., p.19.

16

Ibidem, p.26.

17

JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império...* Op. Cit., p.211 e p.212.

18

JANCSÓ, István. "Brasil e brasileiros: notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América". *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.22, p.257-274. A discussão estará mais desenvolvida neste último artigo publicado – veja-se as p.266-267.

19

JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado...* Op. Cit., p.25.

20

Ibidem, p.26.

21

JANCSÓ, István. *Na Bahia contra o Império...* Op. Cit., p.206.

22

JANCSÓ, István. "Independência, independências"... Op. Cit., p.42.

23

Há mais referências sobre isso no artigo de István "Brasil e brasileiros..." Op. Cit., p.257-274. Além de suas observações ao longo do artigo "Independência, independências", há que se ressaltar aqui, também, as contribuições de Cecília Helena de Salles Oliveira e Ana Rosa Clochet da Silva, nessa mesma coletânea. Tratando respectivamente dos casos dos projetos políticos do Rio de Janeiro e das identidades políticas surgidas em Minas, no período, ambas as autoras aportam importantes contribuições à discussão encaminhada por István. Veja-se: OLIVEIRA, Cecília Helena Salles. *7 de setembro de 1822: a Independência do Brasil*. São Paulo: Lazuli e Cia. Editora Nacional, 2005 e SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: intelectuais, ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo, Hucitec / Fapesp, 2006.

24

JANCSÓ, István. "Brasil e brasileiros..." Op. Cit., p.266.

mas também um "corpo político de feições próprias no interior da monarquia portuguesa".<sup>18</sup>

Fazia-se necessário proceder a uma reforma da monarquia, tal como Hipólito José da Costa insistia nas páginas do *Correio Braziliense*, a principiar pela revisão do estatuto político do Brasil, nos anos de 1808 e 1809. Isto porque, diz-nos István, as partes da América, "liberadas dos constrangimentos de multissecular modalidade de dependência colonial", acomodavam-se mal, após o fim do exclusivo metropolitano. As estruturas do Estado haviam sido concebidas em função de hierarquias que, na prática, tinham deixado de existir. Chegara a hora da "refundação da monarquia em novas bases – imperiais – por estrita imposição da realidade."<sup>19</sup>

As instáveis relações de cooperação e conflito das distintas sociedades regionais se expandiram bem mais, entretanto, após o rompimento do antigo pacto que as integrava enquanto partes do Império português. Assim, foi com a independência, que o "mosaico de pátrias luso-americanas" soltou-se ou afrouxou-se e as diferentes "pátrias" foram postas em movimento. István lembrou-nos em uma outra passagem como as identidades coletivas de cariz local preexistentes (pernambucano, paulista, mineiro e outras dessa ordem) se mantiveram, mas como "os seus significados tornaram-se passíveis de alteração substantiva".<sup>20</sup> Podemos completar esta sua afirmação dizendo que foi, ao longo desse tempo de mudanças aceleradas – identificado às independências da década de 1820 – que ocorreu uma politização da linguagem do patriotismo e essas ditas "pátrias politizadas" passaram, conseqüentemente, a lutar por autonomias alternativas. O plano local foi o espaço privilegiado de "acumulação de experiência política" dos agentes individuais e coletivos – como várias vezes afirmou o autor.<sup>21</sup> Neste âmbito, o dos centros de suas províncias, as elites e demais setores dominantes em diferentes graus de coesão e identidade com aqueles muitos "outros" em seu entorno – os "homens do comum" e os escravos – promoveram movimentos variados. Estes últimos expressaram, sabemos, projetos políticos diversos. Mas, na maioria deles – fossem progressistas ou conservadores – os seus promotores sempre temeram a ingerência da *populça*, da massa urbana facilmente mobilizável e presente em conflitos rotineiros nas ruas das principais cidades do Reino, e lhes bloquearam, com frequência, quaisquer possíveis aspirações de ingresso na ordem política. Como István muito corretamente observou, o controle desses homens do comum em movimento representava, juntamente com o controle da escravaria, o que chamou de "núcleo forte da acumulação de experiência política dos estratos sociais dominantes na América"<sup>22</sup>, o que somente podia se expressar na dimensão local.

A busca de autonomias alternativas por parte de alguns dos "centros de convergência desse espaço luso-americano" engendraram movimentos que expressaram lutas e disputas em torno de projetos políticos os mais diversos em relação à organização do estado e da nação, vis à vis a Corte do Rio de Janeiro. Longe de simples movimentos "separatistas" – como boa parte da historiografia tradicional os tratou – alguns favoreceram a unidade das províncias em torno da corte, como no centro-sul, na região das Minas, onde também houve conflitos resultantes de projetos políticos alternativos ao que veio se tornar vitorioso.<sup>23</sup> De modo geral, coube à monarquia – redefinida e repactuada ao longo da década de 1820 – continuar sendo o princípio organizador da diversidade brasileira.<sup>24</sup>

25

Logo depois, Carlos Guilherme Mota, em seu *Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801*, também se ocupará desses paradigmas.

26

Não seria demais lembrar que desde o texto de István sobre a sedição escrito para a *História da Vida Privada no Brasil*, há referências claras do seu uso de Kosselleck, cuja obra (*Crítica y crisis del mundo burgués*. Madrid: Rialp, 1965) é, inclusive, citada na bibliografia do artigo. Especialmente esclarecedora é a curta passagem em que define a sedição como "a revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro nos interstícios do presente". Ver JANCSÓ, István. "A sedução da liberdade..." Op. Cit., p.389.

27

Este tema é por ele desenvolvido com maestria. Veja-se *Na Bahia contra o Império...* Op. Cit., p.205 e "A sedução da liberdade..." Op. Cit., p.427-428.

28

Ibidem, p.429-430 e p.435.

Voltemos às nossas observações gerais sobre a obra de István e destaquemos uma outra importante contribuição sua que nos serve de eixo para a continuação da discussão aqui iniciada. Trata-se do aprofundamento que o autor buscou fazer do conceito de "formação social na colônia", analisando, para isso, o que cunhou como "distintas abrangências", ou instâncias de poder, do **Portugal atlântico**. Aqui me parece manifestar-se, com bastante força, a ligação e dívida intelectual para com aqueles antigos paradigmas apresentados de forma pioneira na obra de Fernando A. Novais, em seu clássico *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*, publicado nos idos dos anos setenta.<sup>25</sup> A partir desta obra foi permitido a István inferir que, na Colônia, o Antigo Regime não poderia ter a mesma feição que assumia na metrópole lusa. Foi a percepção da existência de distintas instâncias de poder e suas dinâmicas a organizar as hierarquias e as diferenças na colônia o que lhe permitiu definir as chamadas "abrangências atlântica, portuguesa, brasílica e local". Não seriam as variáveis europeias que então informavam os objetivos e as práticas dos partícipes dos conflitos europeus, as mesmas que informariam, na Colônia, os objetivos e práticas dos agentes das transformações ou dos que a elas resistiam. Como bem chamou a atenção no seu estudo sobre a sedição, na conjuntura de crise maior então diagnosticada, há o específico de cada resposta local. Evitou, assim, cair na empiria de praxe, confinada apenas ao localismo e sem maiores valores explicativos, e não se deixou levar, tampouco, por respostas genéricas que apenas reproduziriam um anti-colonialismo mecânico ou as retóricas de epifenômenos. Buscou dar conta da singularidade desse tempo colonial atlântico a partir dessas "distintas abrangências", como listadas acima. É tratando destas dimensões que poderemos perceber as "condições de possibilidade daquele tempo" e entender melhor as transformações ao seu alcance que queremos estudar.<sup>26</sup>

Finalmente, deixo duas breves e últimas observações sobre a sofisticada reflexão historiográfica e o minucioso tratamento das fontes que caracterizaram os trabalhos de István.

Sobre a reflexão historiográfica, quero sublinhar positivamente a sua preocupação em sempre levar em consideração os limites históricos concretos de certas propostas e demandas veiculadas pelos agentes das transformações que estudou. Do mesmo modo, é preciso valorizar a atenção dispensada à polissemia dos termos empregados à época e a percepção cuidadosa das diferentes apropriações de ideias e conceitos efetuadas pelos diversos grupos sociais, setores dominantes e subalternos nas sociedades estudadas – como deu-se no caso já comentado da abordagem dos conceitos de *liberdade*<sup>27</sup> então veiculados e considerados como articuladores de consensos políticos na Bahia de 1798. Também no tratamento da emergência de culturas políticas alternativas e das novas formas de sociabilidade políticas criadas no bojo das sedições em curso, István preocupou-se em mostrar por que aquelas não conseguiam ultrapassar a "continuidade das relações tradicionais" na esfera da cotidianidade – por exemplo, as distinções entre os "homens de condição" e os "homens do comum". Em suma, lembrou que os critérios estamentais do Antigo Regime continuavam existindo, e que, de modo muito particular, "interferiam e demarcavam as relações clientelísticas e interpessoais pautadas na escravatura". Eram todos homens do seu tempo e, apenas enquanto tais poderiam desenvolver suas ações políticas e viver o seu cotidiano.<sup>28</sup>

Como um último ponto a lembrar, ressalto o fato de que a solidez da obra de István apenas reforça, para todos nós, a importância do trabalho minucioso e bem feito com as fontes de época. Essa empreitada não pode deixar de lado ou perder de vista uma necessária discussão historiográfica maior – como exemplarmente demonstrou o autor – para que haja sempre consciência de paradigmas interpretativos presentes, os quais transcendem disciplinas específicas e não deixam de estar associados a dadas perspectivas políticas em relação ao nosso presente.

---

Recebido para publicação em junho de 2011  
Aprovado em junho de 2011